

**EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 24/2022  
PROCESSO Nº 30/2022****TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM****REGIME DE EXECUÇÃO: PARCELADA POR PREÇO UNITÁRIO****INTERESSADOS: UPA ZONA NORTE, UPA ANA JACINTA E CAPS III**

**DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REALIZAÇÃO:** A sessão de processamento do Pregão será realizada no site: <https://comprasbr.com.br/>, iniciando-se no dia **05 (cinco) de outubro de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 10h00m (dez horas) (Horário de Brasília)** e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, nomeados através de PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 327 de 18 de março de 2022 (Nomeação de Pregoeiro e Equipe de Apoio), designados nos autos do processo em epígrafe.

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA FUNCIONÁRIOS DA UPA ANA JACINTA, UPA ZONA NORTE E CAPS III DE PRES. PRUDENTE.**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA (CIOP)**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 18.960.233/0001-00, com sede na Rua Coronel Albino, nº 550, Vila Maristela, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo (19.020-360), por intermédio de seu Diretor Executivo, **Senhora Maria Heloisa da Silva Cuvolo**, Diretora Executiva, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO**, tendo por finalidade **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA FUNCIONÁRIOS DA UPA ANA JACINTA, UPA ZONA NORTE E CAPS III DE PRES. PRUDENTE**, em conformidade com as disposições da Lei federal nº 10.520/2002, através do site <https://comprasbr.com.br/>, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666/1993, suas alterações, as Resoluções CIOP nº 04/2021 e 05/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições a seguir estabelecidas.

**I - OBJETO e INSTRUÇÕES INICIAIS**

1.1. Esta licitação tem por objeto **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA FUNCIONÁRIOS DA UPA ANA JACINTA, UPA ZONA NORTE E CAPS III DE PRES. PRUDENTE**. O valor total estimado previsto para a aquisição dos produtos é de aproximadamente **R\$ 146.046,28 (cento e quarenta e seis mil, quarenta e seis reais e vinte e oito centavos)** obtidos por meio de pesquisa de mercado.

1.2. O Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, se reservam no direito de inspecionar o produto cotado, procedendo a diligência para aferir sua qualidade e execução, assim como a pertinência com o instrumento convocatório, descritos no termo de referência deste edital.

1.3. A presente licitação tem como critério de julgamento o MENOR PREÇO UNITÁRIO, consoante com a legislação do preâmbulo deste Edital.

1.4. A entrega será inetral no prazo de 30 (trinta) dias do envio da autorização de compra.

**1.5. O Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP é responsável pelo pagamento dos materiais.**

**1.6. Somente poderão participar da sessão pública, as licitantes que apresentarem propostas através do site: <https://comprasbr.com.br/>. Com início de recebimento de proposta do dia 23 (vinte e três) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 16h30 (dezesseis horas e trinta) (Horário de Brasília) até o dia 05 (cinco) de outubro de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 09h50 (nove horas e cinquenta minutos) horas (Horário de Brasília).**

1.7. Os licitantes ficam cientes de que caso a sessão não se conclua até o fim do expediente em razão do alto número de participantes ou outra situação relevante, a presente licitação poderá ter sua audiência pública suspensa, sendo que o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação, salvo comunicação em contrário na sessão.

**1.8. A presente licitação possui cota reservada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.**

**1.9. Após a assinatura do contrato, e antes de iniciar o processo de produção, a CONTRATADA enviará à CONTRATANTE layout digital de todas as peças com logotipo para aprovação.**

## **II - PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital, **compatíveis com o objeto do certame** e estiverem cadastradas junto à Plataforma Provedora do Sistema, através do site <https://comprasbr.com.br/>.

2.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.3. Não será permitida a participação de empresas:

2.3.1. Estrangeiras que não funcionem no País.

2.3.2. Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o CIOP, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

2.3.3. Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 com o CIOP, bem como com os municípios participantes.

2.3.4. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

2.3.5 – Não será exigido o Certificado de Registro Cadastral (CRC) para participação no certame.

2.3.6 – Não serão exigidas as garantias de habilitação e também a garantia Contratual, conforme disposto no § 3º, do artigo 31 da Lei Nacional n.º 8.666/93 e alterações posteriores e nos § 1º e 2º, do artigo 56 da Lei Nacional n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

### **III – DA OPERACIONALIZAÇÃO DA PLATAFORMA DIGITAL E DO ENVIO DE DOCUMENTOS**

3.1. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente o encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site <https://comprasbr.com.br/>, observando a data e o horário limite estabelecido no Edital.

3.2. O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

3.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como: Cooperativas (COOP); Empresários Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRELI); Empresas de Pequeno Porte (EPP); Microempreendedores Individuais (MEI) e Microempresas (ME), sujeitará o proponente às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo de possíveis sanções penais cabíveis. Esta declaração servirão tão somente para os casos de "empate ficto", cedendo vantagem no critério de desempate previsto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

3.4. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

3.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

3.7. Deverá a licitante comunicar imediatamente o provedor do sistema (Compras BR), qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou que resulte na inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

**3.8. Os documentos de habilitação deverão ser enviados digitalizados em PDF obrigatoriamente por todos os licitantes até a data de envio das propostas no sítio eletrônico Portal Compras BR.**

**3.8.1. A proposta a ser preenchida com marca, modelo e valores será o modelo eletrônico própria da Plataforma ComprasBR.**

**3.8.2. O credenciamento será realizado no modelo eletrônico próprio da Plataforma ComprasBR.**

**3.8.2.1. Os documentos comprobatórios do credenciamentos (Ex: contrato social, documento de identificação) deverão ser enviados digitalizados junto com os documentos de habilitação.**

**3.9. Não haverá necessidade de envio da documentação original, via Correios, relacionada ao credenciamento, a proposta e a habilitação após o término da licitação e nem adequação da proposta vencedora, desde que apresentados na forma do item IV deste Edital, salvo, quando o pregoeiro julgar necessário a verificação e notificar o licitante durante a sessão, que deverá realizar a entrega no prazo de 03 (três) dias úteis.**

#### **IV - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, HABILITAÇÃO E PROPOSTA**

4.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados digitalizados em original ou em caso de cópia por qualquer processo de autenticação por cartório competente ou por servidor da Administração (cópias simples) no ato de processamento do Pregão, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou através de impresso informatizado obtido via Internet.

4.1.1. Documentos obtidos por meio de sítios eletrônicos da internet não necessitam ser autenticados, desde que o próprio sítio possibilite a consulta do documento.

4.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas, se outro prazo de validade não constar dos documentos.

4.3. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

#### **V- CREDENCIAMENTO**

##### **5.1. Documentos para credenciamento:**

5.1.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar através do site <https://comprasbr.com.br/>. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidos através do site <https://comprasbr.com.br/>.

5.1.2. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (autenticação e criptografia) em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Compras BR. Eventuais dúvidas para obtenção da senha deverão ser solicitadas pelos telefones: (67) 3303-2702 / (67) 3303-2730 ou pelo e-mail: [contato@comprasbr.com.br](mailto:contato@comprasbr.com.br).

5.1.3. Além da inserção de dados para credenciamento na plataforma eletrônica, deverão ser apresentadas os documentos comprobatórios do credenciamento que seguem no subitem 5.2 e conforme também explicado no item 3.8.2.1.

**5.2. Por ocasião da fase de credenciamento, as licitantes deverão observar as seguintes disposições:**

**5.2.1. Quanto aos representantes:**

a) **Tratando-se de Representante Legal:** O ato constitutivo, contrato social, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, estatuto social, registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, registro (requerimento) ou outro instrumento de registro comercial **em vigor (Última alteração)**, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

b) **Tratando-se de Procurador:** A procuração por instrumento público ou particular da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

c) Cópia simples de documento de identificação oficial com fotografia (CNH, RG etc) do outorgado.

5.2.2 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao CIOP a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.2.3. O credenciamento da licitante de seu representante legal/procurador junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.2.4. Será admitido apenas **1 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

## **VI – DA FORMA DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1. A oferta de preço poderá ser até duas casas decimais após a vírgula.**

6.2. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

6.3. O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá corresponder aos preços finais, considerados benefícios tais como isenções, imunidades, despesas com envio ou outros de qualquer natureza.

6.4 Para as licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado.

6.5 O preço deverá ser apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza, frete/transporte, alimentação e hospedagem, todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o cumprimento do objeto da presente licitação que incluem:

a) - pagamento de todo pessoal assim como todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor;

b) - todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

6.6 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

## **VII – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **7.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA (conforme o caso)**

a) - Registro empresarial, no caso de empresário individual;

b) - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária ou simples, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade não empresarial, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d.1) No caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, deverá apresentar o registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas onde opera com averbação no registro do Cartório onde tem sede a matriz.

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente **em vigor (Última alteração)**, tratando-se de **empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País**, quando a atividade assim o exigir.

f) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, se tratando de **sociedade cooperativa**, acompanhado dos seguintes documentos:

f.1) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos artigos 15 à 21 da Lei Nacional n.º 5.764/71.

f.2) Comprovação da composição dos órgãos de administração da Cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante artigo 47 da Lei Nacional n.º 5.764/71.

f.3) Ata de fundação da cooperativa.

f.4) Ata de assembleia que aprovou o estatuto social.

f.5) Regimento interno com a Ata da assembleia que o aprovou.

f.6) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou.

f.7) Editais das 3 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.

### **7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**



a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), obtido no endereço eletrônico: ([http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Solicitacao.asp](http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp)).

b) Prova de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da Lei, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa.

c) Prova de regularidade de débito com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, obtido no endereço eletrônico: (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>).

d) Prova de regularidade de débito com a Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional, abrangendo as contribuições sociais do Sistema de Seguridade Social (INSS), nos termos da *Portaria n.º 358, de 5 de setembro de 2014 do Ministério da Fazenda*, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, obtido no endereço eletrônico: (<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1>)

e) Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de negativa, obtido no endereço eletrônico: (<http://www.tst.jus.br/web/guest/certidao>).

7.1.2.1 – As empresas beneficiárias (Cooperativa (COOP); Empresário Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI); Empresa de Pequeno Porte (EPP); Microempreendedor Individual (MEI) e Microempresa (ME)) do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pela Lei Municipal Complementar n.º 31, de 11 de outubro de 2007 e alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014, **DEVERÃO apresentar toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (01.02), **MESMO QUE ESTA APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO** (art. 43, da Lei Complementar n.º 123/06).

7.1.2.2 – Nesta hipótese, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de até **5 (cinco) dias úteis** (*redação dada pela Lei Complementar n.º 147/14*), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.1.2.3 – A falta de regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito a adjudicação, sem prejuízo das sanções, sendo facultado ao CIOP convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

7.1.2.4 – Para fazer jus aos benefícios da **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 (ME e EPP)** deverá estar inserido junto aos documentos de habilitação uma Certidão Simplificada obtida pela na Junta Comercial ou uma Declaração emitida pela licitante asseverando fazer jus ao direito por estar enquadrada como ME ou EPP.

7.1.2.5 - A ausência da informação prevista no item anterior não impedirá a participação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual no processo licitatório, porém será considerada como desistência da empresa do exercício das referidas prerrogativas.

7.1.2.6 - **A microempresa ou empresa de pequeno porte não fará jus aos benefícios previstos no artigo 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06<sup>1</sup>, (reserva de itens) quando, conforme artigo 49 da citada norma:**

**a - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório:**

a.1 – Sediados regionalmente entende-se pela microrregião de Presidente Prudente que compreende: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.<sup>2</sup>

a.2. – Não havendo ao menos 03 (três) fornecedores enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno por item reservado, conforme item anterior, este será aberto à ampla concorrência.

b) Quanto à reserva prevista às MEs e EPPs na forma do art. 48, incisos I (exclusividade em item até R\$ 80.000,00) e III (cota de até 25% do objeto) da Lei Complementar 123/2006, foram reservados os itens **04 e 05.**

c) As licitantes MEs e EPPs não farão não terão direito à reserva quando presente a situação prevista na letra “a” deste item.

### **7.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) - Certidão negativa de falência e/ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### **7.1.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Apresentação de pelo menos **1 (um) atestado de capacidade técnico-operacional, EM NOME DA LICITANTE**, fornecida por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove o fornecimento anterior, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, com caracterização do bom desempenho da licitante.

a.1) O atestado deverá ser assinado por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

### **7.1.5 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

---

2

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_mesorregi%C3%B5es\\_e\\_microrregi%C3%B5es\\_de\\_S%C3%A3o\\_Paulo#Mesorregi%C3%A3o\\_de\\_Presidente\\_Prudente](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_de_S%C3%A3o_Paulo#Mesorregi%C3%A3o_de_Presidente_Prudente)



**a)** - Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo (Anexo II deste Edital).

## **VIII – DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES:**

8.1. A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo site, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.3. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.5. Não serão admitidos lances que contiverem qualquer elemento que possibilite a identificação do proponente.

**8.6. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lance.**

8.7. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

8.8. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.9. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.10. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 8.8 e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.11. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto item 8.9, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.12. No sistema de pregão eletrônico, todas as propostas, independente do valor, são incluídas na fase de disputa de lances.

**IX- PROCEDIMENTO E JULGAMENTO**

9.1. No horário indicado no Preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

9.2. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, materiais, que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.3. Não será desclassificada a proposta que apresentar erros meramente aritméticos ou falhas de natureza formal, bem como poderão ser relevadas omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta Licitação.

9.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital.

9.5. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

9.6. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

9.7. Para efeito de seleção será considerado o **MENOR PREÇO POR ITEM.**

9.8. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima de **R\$ 0,05 (cinco centavos)** entre os lances. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o **preço unitário do item.**

9.9. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtido preço melhor, observando o critério de julgamento, bem como decidir sobre sua aceitação, observados prazos para fornecimento, especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital e verificará a habilitação do proponente.

9.10. Após a negociação se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

9.11. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

9.12. Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

9.13. Serão desclassificadas as propostas:

a) que não atenderem às especificações do objeto desta licitação.

b) que forem omissas ou se apresentarem incompletas, impedindo sua identificação com o item licitado.

c) que conflitem com a legislação em vigor.

d) que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no item proposta de preços deste Edital.

e) Com valores manifestamente inexequíveis.

9.14. Se houver discrepância entre o valor unitário e total, os valores unitários deverão prevalecer.

9.15. Se houver discrepância entre os valores por extenso e em cifras, os valores por extenso deverão prevalecer.

9.16. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

9.17. Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas na *neste* Edital. Neste caso o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

9.18. No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

9.19. Será oportunizada a possibilidade de aderência ao preço do vencedor, sendo que no caso deste ficar impossibilitado da execução, o aderente será convocado para entregar o saldo remanescente pelo mesmo preço do vencedor.

**9.20. Critério de desempate para as microempresas e empresas de pequeno porte:**

**a) Para usufruir** do critério do **desempate** estabelecido no **§ 2º do art. 44** estabelecido no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/06), as licitantes **deverão comprovar** que estão registradas na Junta Comercial do Estado de origem como enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, **por meio de declaração (conforme modelo anexo V)**, declarando sob pena da lei, que estão enquadradas como ME ou EPP na Junta Comercial e que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, e que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir o tratamento favorecido e que não se inclui em nenhuma das situações do artigo 3º, parágrafo 4º do mesmo diploma legal, **ou poderão** apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado licitante.

**b)** a ausência da informação prevista no item anterior não impedirá a participação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual no processo licitatório, porém será considerada como desistência da empresa do exercício das referidas prerrogativas.

**9.21. Após analisada a proposta e constata a melhor oferta, será feita a análise dos documentos de habilitação, nos termo do item VII do edital, estando adjudicado o lote ao licitante com a melhor proposta classificada, bem como com os documentos de habilitação em regularidade.**

## **X - RECURSO E HOMOLOGAÇÃO**

10.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, dentro do prazo em minutos estabelecido pelo pregoeiro, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação de memoriais, que deverá ser inserido em local apropriado no sistema para ser aceito, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à(s) licitante(s) vencedora(s) e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

10.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologará o procedimento.

10.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. A adjudicação será feito por item, com base no menor preço ofertado nos lances.

## **XI – DO CONTRATO**

11.1. Será realizado contrato e empenho.

11.2. Deverão ser emitidas uma nota fiscal para cada empenho.

11.3. O pagamento dos produtos adquiridos oriundos deste pregão é de responsabilidade do CIOP.

**11.4. A vencedora da licitação deverá cadastrar-se como fornecedora no CIOP, fornecendo os dados necessários, tais como a conta bancária de pessoa jurídica. A nota fiscal será dos produtos será emitida em face do CNPJ do CIOP.**

11.5. Aplica-se aos contratos de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto na Lei Federal nº. 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

**11.6. O prazo de vigência do contrato é de 06 (seis) meses.**

11.7. Prazo de entrega: Os produtos deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias a conta do envio da autorização de compra e serão entregues na sede do CIOP:

a) Sede do CIOP: Rua Coronel Albino, nº 550, Vila Maristela, Presidente Prudente - SP, CEP: 19.020-360. Fone: (18) 3223-1116;

## **XII - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

12.1. O objeto da presente licitação será recebido:

12.1.2. provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

12.1.3. definitivamente, em até 10 (dez) dias, após a verificação da qualidade e quantidade dos mesmos, e, consequente aceitação.

12.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, as unidades para as quais se destinam os insumos poderá:

a) - se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) - na hipótese de substituição, a CONTRATADA da ata deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Unidade respectiva, no prazo máximo de 15 (dez) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) - se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) - na hipótese de complementação, a CONTRATADA da ata deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Unidade respectiva, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

## **XIII - FORMA DE PAGAMENTO**

13.1. As condições de pagamento se acham descritos na Cláusula IV - Recebimento e Pagamentos da minuta da Ata de Registro (Anexo VI).

## **XIV - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

14.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.2. A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP poderá ser punida com Advertência.

14.3. As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas e aplicadas pelo CIOP.

14.4. A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 14.5 a 14.8, nas hipóteses de mora ou inexecução do contrato.

14.5. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado,

exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.6. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.7. A multa por atraso prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 14.1.

14.8. A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 14.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.9. O valor da multa serão pagos aos cofres do CIOP.

14.10. O prazo para pagamento de multa será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

14.10.1 O não pagamento da multa poderá implicar a cobrança judicial aos cofres do CIOP.

14.11. Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa e interposição de eventual recurso, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

14.12. As decisões e intimações serão publicadas no Diário Oficial do Estado no caso de empresa apurada não seja localizada por carta com aviso de recebimento ou e-mail, considerando-se a contagem de prazo para todos os efeitos no primeiro dia útil a partir da publicação.

14.13. As decisões sobre sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

14.14. Será considerado com endereço físico vigente da empresa CONTRATADA da Ata aquele cadastrado no sítio eletrônico da Receita Federal.

14.15. A aplicação de eventual sanção será realizada pela Diretoria Executiva do CIOP, após relatório opinativo fundamentado da Chefia de Compras, Licitações e Contratos, responsável pela apuração.

14.16. Será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de eventual recurso em face da decisão proferida, que deverá ser endereçado ao Presidente do CIOP, que proferirá sua decisão após parecer jurídico opinativo da Diretoria Jurídica do órgão.

## **XV - IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL**



15.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para o término do recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. A petição será dirigida à autoridade subscritora deste Edital, por meio do correio eletrônico [licitacaocompra@ciop.sp.gov.br](mailto:licitacaocompra@ciop.sp.gov.br).

15.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, caso a alteração modifique a proposta.

## **XVI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrente desta Ata de registro de Preços correrão por conta da dotação orçamentária - categoria econômica 3.3.90.30.00.00 material de consumo. Fonte 01 (rec.próprio).

## **XVII - DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

17.2. Da sessão pública virtual de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, oriundas da plataforma eletrônica do ComprasBR.

17.3. O resultado do presente certame (homologação) será publicado no Diário Oficial Eletrônico do CIOP, disponível no sítio eletrônico do CIOP, bem como estará disponível na plataforma eletrônica ComprasBR ([www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)).

17.4. Qualquer modificação no edital exigirá divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.5. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, com base na Lei federal nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666/93, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados os princípios da Administração Pública.

17.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Presidente Prudente (SP), com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.7. As impugnações, esclarecimentos e demais petições relacionadas ao presente edital e à licitação em pauta deverão ser protocolizados na sede do CIOP, na Rua Coronel Albino, nº 550, Vila Maristela, no município de Presidente Prudente/SP ou no e-mail [licitacaocompra@ciop.sp.gov.br](mailto:licitacaocompra@ciop.sp.gov.br).

17.8. Integra o presente Edital:

**Anexo I - Preço Estimado**

**Anexo II - Modelo de declaração de regularidade para com o Ministério do Trabalho;**

**Anexo III - Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;**

**Anexo IV - Modelo de Contrato.**

Presidente Prudente, 22 de setembro de 2022

**Maria Heloisa da Silva Cuvolo**  
Diretora Executiva

**ANEXO I**
**01 – QUANTITATIVO E ESTIMATIVA**

01.01 – Descrição, quantidade e valor estimado por item:

01.02. Cota reservada a ME e EPP: **itens 04 e 05 (desde que se adeque ao item 7.1.2.6 do Edital)**

| ITEM     | DESCRIÇÃO  | UNID. DE FORNEC. | UPA ZONA NORTE | UPA ANA JACINTA | CAPS III | TOTAL | PREÇO REFERENCIAL UNITÁRIO | PREÇO REFERENCIAL TOTAL |
|----------|--|------------------|----------------|-----------------|----------|-------|----------------------------|-------------------------|
| <b>1</b> | <b>.CAMISETA POLO PIQUE BRANCA 52 % POLIESTER E 48% ALGODÃO, MANGA CURTA BRANCA, UM BOLSO FRONTAL SUPERIOR ESQUERDO, GOLA E PUNHO DE RITILINIA BRANCOS, DOIS BOTÕES FRONTAIS BRANCOS. LOGOS EM SILK NO BOLSO E AMBAS AS MANGAS. (INSERIR UM ÚNICO PREÇO MÉDIO CONSIDERANDO OS TAMANHOS PP, P, M, G, GG, EXTRA G E EXTRA GG). TAMANHOS SERÃO ENVIADOS NO PEDIDO. LOGOTIPOS UPA</b>  | UNIDADE          | 480            | 76              | 0        | 556   | R\$ 55,89                  | R\$ 31.074,84           |
| <b>2</b> | <b>JALECO LONGO MANGA LONGA, BRANCO, MICROFIBRA 67%, POLIESTER 33%, BRANCO COM UM BOLSO FRONTAL SUPERIOR ESQUERDO, DOIS BOLSOS INFERIORES EM AMBOS OS LADOS. LOGOS EM SILK NO BOLSO E MANGAS. (INSERIR UM ÚNICO PREÇO MÉDIO CONSIDERANDO OS TAMANHOS PP, P, M, G, GG, EXTRA G E EXTRA GG E EXTRA GGG). O FORMATO DO JALECO DEVE SER RETO, NÃO ACINTURADO. TAMANHOS SERÃO ENVIADOS NO PEDIDO. LOGOTIPOS UPA</b>                   | UNIDADE          | 270            | 31              | 0        | 301   | R\$ 88,21                  | R\$ 26.551,21           |
| <b>3</b> | <b>JALECO LONGO SEM MANGA, MICROFIBRA 67% POLIESTER 33%, BRANCO, BOLSO FRONTAL SUPERIOR ESQUERDO, DOIS BOLSOS INFERIORES EM AMBOS OS LADOS. LOGOS EM SILK NO BOLSO E MANGAS. LOGOS SERÃO ENVIADOS AO VENCEDOR. (INSERIR UM ÚNICO PREÇO MÉDIO CONSIDERANDO OS TAMANHOS PP, P, M, G, GG, EXTRA G E EXTRA GG E EXTRA GGG). O FORMATO DO JALECO DEVE SER RETO, NÃO ACINTURADO. TAMANHOS SERÃO ENVIADOS NO PEDIDO. LOGOTIPOS UPA.</b> | UNIDADE          | 140            | 24              | 0        | 164   | R\$ 76,94                  | R\$ 12.618,16           |
| <b>4</b> | <b>CALÇA TIPO RIP STOP TÁTICA PRETA, COM DOIS BOLSOS LATERAIS E DOIS BOLSOS TRASEIROS, COM REFORÇO NO GANCHO, FABRICADA EM 67% ALGODÃO E 33% POLIESTER. TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DO PEDIDO. (INSERIR UM ÚNICO PREÇO MÉDIO CONSIDERANDO OS TAMANHOS PP, P, M, G, GG, EXTRA G E EXTRA GG)</b>   | UNIDADE          | 100            | 11              |          | 111   | R\$ 116,13                 | R\$ 12.890,43           |

|   |  |         |     |    |    |     |                    |                       |
|---|--|---------|-----|----|----|-----|--------------------|-----------------------|
| 5 | <b>CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA</b> ATÉ O TORNOZELO, CONFECCIONADO EM COURO PRETO, SEM BICO, FECHAMENTO EM ELÁSTICO, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE. TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DO PEDIDO. (INSERIR UM ÚNICO PREÇO MÉDIO CONSIDERANDO OS TAMANHOS 38,39, 40, 41, 42, 43, 44, 46 E 48)   | UNIDADE | 25  | 11 |    | 36  | R\$ 108,66         | R\$ 3.911,76          |
| 6 | <b>BLUSA DE FRIO TIPO JAQUETA</b> , COM ZIPER EM TACTEL COM FORRO EM MALHA, NA COR BRANCA COM PUNHO E GOLA BRANCA. LOGO DO LADO ESQUERDO. DO PEITO EM SILK. TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DO PEDIDO. (INSERIR UM ÚNICO PREÇO MÉDIO CONSIDERANDO OS TAMANHOS PP, P, M, G, GG, EXTRA G E EXTRA GG). <b>LOGOTIPOS UPA</b>   | UNIDADE | 177 | 75 | 0  | 252 | R\$ 213,99         | R\$ 53.925,48         |
| 7 | <b>JALECO LONGO SEM MANGA</b> , MICROFIBRA 67% POLIESER 33%, BRANCO, BOLSO FRONTAL SUPERIOR ESQUERDO, DOIS BOLSOS INFERIORES EM AMBOS OS LADOS. LOGOS EM SILK NO BOLSO E MANGAS. LOGOS SERÃO ENVIADOS AO VENCEDOR. (INSERIR UM ÚNICO PREÇO MÉDIO CONSIDERANDO OS TAMANHOS PP, P, M, G, GG, EXTRA G E EXTRA GG E EXTRA GGG). O FORMATO DO JALECO DEVE SER RETO, NÃO ACINTURADO. TAMANHOS SERÃO ENVIADOS NO PEDIDO. <b>LOGOTIPOS CAPS III.</b> | UNIDADE | 0   | 0  | 16 | 16  | R\$ 76,94          | R\$ 1.231,04          |
| 8 | <b>JALECO LONGO MANGA LONGA</b> , BRANCO, MICROFIBRA 67%, POLIESER 33%, BRANCO COM UM BOLSO FRONTAL SUPERIOR ESQUERDO, DOIS BOLSOS INFERIORES EM AMBOS OS LADOS. LOGOS EM SILK NO BOLSO E MANGAS. (INSERIR UM ÚNICO PREÇO MÉDIO CONSIDERANDO OS TAMANHOS PP, P, M, G, GG, EXTRA G E EXTRA GG E EXTRA GGG). TAMANHOS SERÃO ENVIADOS NO PEDIDO. <b>LOGOTIPOS CAPS III</b>  | UNIDADE | 0   | 0  | 34 | 34  | R\$ 88,21          | R\$ 2.999,14          |
| 9 | <b>CAMISETA EM MALHA FRIA</b> , 67 % POLIESTER, 33% VISCOSE, COR BRANCA, MANGA CURTA, GOLA V, COM LOGO NA PARTE FRONTAL SUPERIOR ESQUERDA E NOS BRAÇOS, (INSERIR UM ÚNICO PREÇO MÉDIO CONSIDERANDO OS TAMANHOS PP, P, M, G, GG, EXTRA G E EXTRA GG) (LOGOTIPOS SILKADOS). <b>LOGOTIPOS CAPS III</b>  | UNIDADE | 0   | 0  | 26 | 26  | R\$ 32,47          | R\$ 844,22            |
|   |  |         |     |    |    |     | <b>VALOR TOTAL</b> | <b>R\$ 146.046,28</b> |

02 – Valores acima obtidos conforme cotação de preços realizada pelo Setor de Compras, Licitações e Contratos, em abril de agosto de 2022.

02.01 – Se houver discrepância entre os valores unitários e os totais, os valores unitários deverão prevalecer.

03 – Serão desclassificadas as propostas finais que apresentarem valor unitário dos itens superior ao máximo estipulado, embasado no artigo 48, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

04 – O valor estimado previsto para o fornecimento dos produtos é de aproximadamente **R\$ 146.046,28 (cento e quarenta e seis mil, quarenta e seis reais e vinte e oito centavos)** obtidos através de pesquisas de mercado, conforme permissível pela Lei Federal n.º 8.666/93.

**ANEXO II**

(MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO)

**“DECLARAÇÃO”**

Ao

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP

At. - Pregoeiro Oficial

Ref. - Pregão Eletrônico nº 24/2022 Processo nº 30/2022

(Razão Social da Empresa), estabelecida na .... (endereço completo) ...., inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente.

..... de ..... de 2022

.....

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Nº do documento de identidade



**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, que a empresa ..... (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº ..... é microempresa **ou** empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal nos termos previstos nos artigos 43 e 44 da referida lei complementar, no procedimento licitatório do Pregão nº 24/2022 realizado pelo Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP.

....., ..... de .....de 2022

.....

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

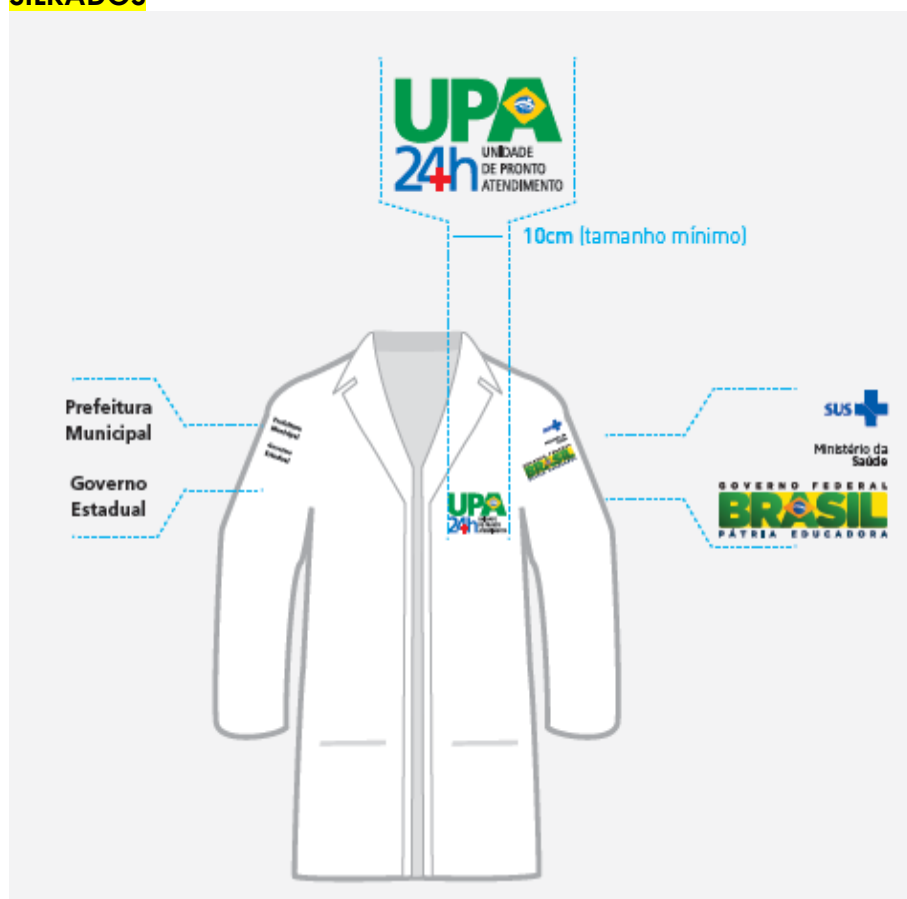
Nº do documento de identidade

**ANEXO IV**

**TERMO REFERENCIAL**

**LOPOTIPOS UPAS ZONA NORTE E ANA JACINTA**

**01 – JALECO UNISEX COM 03 BOLSOS (NÃO ACINTURADO) MANGA LONGA COM LOGOTIPOS SILKADOS**



Observação: No lugar de "Prefeitura Municipal" estará o logo da SMS (Secretaria Municipal de Saúde), no lugar de "Governo Estadual", estará o logo do CIOP e no logo lugar do logo do Governo Federal está o novo logo do Governo Federal, conforme todos indicados abaixo.

**A) LOGO DA MANGA ESQUERDA PARTE DE CIMA:**



**B) LOGO DA MANGA ESQUERDA PARTE ABAIXO DO LOGO SUS:**



**C) LOGO DO BOLSO FRONTAL ESQUERDO:**

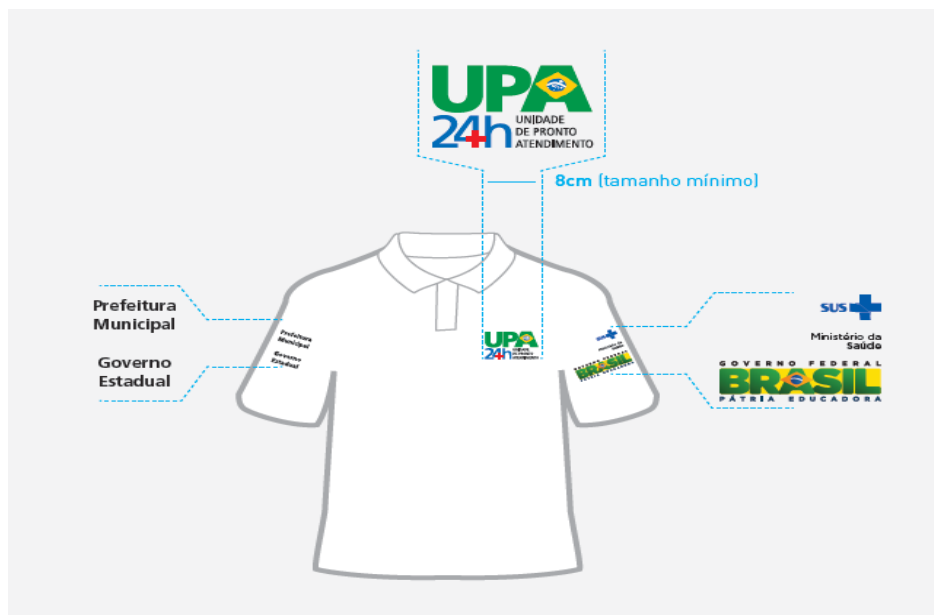


**D) LOGO DA MANGA ESQUERDA PARTE DE CIMA:**



**E) LOGO DA MANGA ESQUERDA PARTE ABAIXO DO LOGO SMS:**



**02 – CAMISETA COM BOLSO EM PIQUÊ COM GOLA, PUNHO E BOTÕES BRANCOS COM LOGOTIPOS SILKADOS**

Observação: No lugar de "Prefeitura Municipal" estará o logo da SMS (Secretaria Municipal de Saúde), no lugar de "Governo Estadual", estará o logo do CIOP e no logo lugar do logo do Governo Federal está o novo logo do Governo Federal, conforme todos indicados abaixo.

**A) LOGO DA MANGA ESQUERDA PARTE DE CIMA:****B) LOGO DA MANGA ESQUERDA PARTE ABAIXO DO LOGO SUS:**

**C) LOGO DO BOLSO FRONTAL ESQUERDO:**



**D) LOGO DA MANGA ESQUERDA PARTE DE CIMA:**



**E) LOGO DA MANGA ESQUERDA PARTE ABAIXO DO LOGO SMS:**



**03 – JALECO LONGO UNISEX COM TRÊS BOLSOS (NÃO ACINTURADO) SEM MANGA COM LOGOTIPOS SILKADOS**

[“SEM IMAGEM ILUSTRATIVA”]

Observação: O jaleco sem manga terá somente o logo da UPA 24h no bolso frontal no peito esquerdo.

**A) BOLSO FRONTAL ESQUERDO:**



**04 – BLUSA DE FRIO UNISEX EM TACTEL COM DOIS BOLSOS LATERAIS**

[“SEM IMAGEM ILUSTRATIVA”]

Observação: A blusa terá somente o logo da UPA 24h no peito frontal esquerdo.

**A) PEITO FRONTAL ESQUERDO:**





**ANEXO V****TERMO REFERENCIAL****LOPOTIPOS DO CAPS III**

**01 – JALECO UNISEX COM 03 BOLSOS (NÃO ACINTURADO) MANGA LONGA COM LOGOTIPOS SILKADOS**

**02 – JALECO UNISEX COM 03 BOLSOS (NÃO ACINTURADO) SEM MANGA COM LOGOTIPOS SILKADOS**

**03 – CAMISETA EM MALHA FRIA COM BOLSO FRONTAL NO PEITO ESQUERDO**

[“SEM IMAGEM ILUSTRATIVA”]

Observação 1: Jaleco manga longa e camiseta terão os mesmo logotipos nos mesmos lugares, conforme abaixo.

Observação 2: Jaleco sem manga terá apenas o logotipo do CAPS III (LETRA “B”) no bolso frontal esquerdo.

**A) LOGO DA MANGA ESQUERDA****B) LOGO DO BOLSO FRONTAL ESQUERDO:**

**CAPS**   
**Ana Jacinta**

**C) LOGO DA MANGA DIREITA:**

**ANEXO VI****CONTRATO Nº ...../2022****Ref. - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2022 - CIOP****PROCESSO Nº 30/2022 - CIOP**

**O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ do MF sob nº 18.960.233/0001-00, com sede na Rua Coronel Albino, nº 550, do Município de Presidente Prudente/SP, doravante designada **CIOP**, neste ato representado por sua Diretora Executiva **Maria Heloisa da Silva Cuvolo**, resolve firmar o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO PAR ENTREGA IMEDIATA**, nos termos da Lei nº 8.666/93 e nº 10.520/02, Resolução CIOP nº 04/2021 e as demais normas legais aplicáveis, conforme documento de credenciamento ou procuração insertos nos autos, e as demais normas legais aplicáveis, bem como do edital de Pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante as condições e cláusulas a seguir estabelecidas. **A formalização do presente Contrato decorre da licitação em referência, realizada pelo Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, nos termos do que permite o § 2º do art. 112 da Lei 8.666/93. Vinculam-se ao presente contrato, independentemente de suas transcrições totais ou parciais, o ato convocatório com seus anexos e a proposta vencedora.**

**CONTRATADO:** ....., possuidora do CNPJ nº ....., estabelecida na Rua/Avenida ....., nº ....., no município de ....., Estado de ..... Representante Legal: ....., RG nº ..... e CPF nº ....., com correio eletrônico ..... e telefone de contato nº.....

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1. O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA FUNCIONÁRIOS DA UPA ANA JACINTA, UPA ZONA NORTE E CAPS III DE PRES. PRUDENTE**, conforme quantidades, especificações, marca e preços abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. DE FORNECIMENTO | UPA ZONA NORTE | UPA ANA JACINTA | CAPS III | TOTAL | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|-----------|-----------------------|----------------|-----------------|----------|-------|----------------|-------------|
|      |           |                       |                |                 |          |       |                |             |

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições da Ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado aditivos e supressões) da Ata, nos termos do artigo 65, II, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO:**

01 – Os produtos serão fornecidos de forma imediata, após o envio da autorização de compra no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

**01.01. Após a assinatura do contrato, e antes de iniciar o processo de produção, a CONTRATADA enviará À CONTRATANTE layoute digital de todas as peças com logotipo para aprovação.**

01.02. Após a aprovação do layoute será iniciada a contagem do prazo de 30 (trinta) dias de prazo, no caso de já tiverem ser enviadas as autorizações de compra. No caso de não enviadas ainda, o início do prazo começa a partir do envio da autorização.

02 – Prazo para entrega do material: 30 (trinta) dias corridos, a contar da solicitação por e-mail com a autorização de compra, salvo situação do item 01.02.

02.01. Deverão ser emitidas uma nota fiscal por autorização de compra.

02.01 – A CONTRATADA obriga-se a substituir o(s) produto(s) entregue(s), quando for verificado vício inequívoco ou inadequação do(s) produto(s) entregue(s) com os ditames deste Edital ou também normas de regência, compreendendo imperfeições, impurezas, incompatibilidade com as especificações descritas nesta licitação, defeito ou outros vícios que impossibilitem ou prejudiquem seu uso.

02.02 – Prazo para substituição dos produtos: 15 (15) dias corridos a contar da notificação por e-mail.

02.03 – Todos os custos com a substituição correrão às expensas da CONTRATADA.

03 – Será por conta da CONTRATADA todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

03.01. Os produtos deverão ser entregues em horário comercial nos seguintes endereços nos prazos de 30 (trinta) dias corridos:

a) Sede do CIOP: Rua Coronel Albino, nº 550, Vila Maristela, Presidente Prudente - SP, CEP: 19.020-360. Fone: (18) 3223-1116;

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:**

01 – O **CONTRATANTE** pagará **CONTRATADA**, pelo fornecimento dos produtos constantes na *Cláusula Primeira – Do Objeto*, o valor total de até **R\$ xxxx**.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O preço constante da *Cláusula Terceira – Do Preço*, inclui todas e quaisquer despesas diretas e indiretas, impostos Municipais, Estaduais e Federais, fretes que sempre correrão por conta da **CONTRATADA**, sem mais nenhum acréscimo a qualquer título, não obrigando em nada o **GERENCIADOR**.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

01 – As despesas decorrentes com o objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Categoria Econômica: 339030000000 – Material de Consumo

Proj./Ativ.: Manutenção da UPA Zona Norte

Proj./Ativ.: Manutenção da UPA Ana Jacinta

Proj./Ativ.: Manutenção do CAPS III

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

01 – O pagamento será efetuado pelo Setor Financeiro do CIOP por meio de ordem bancária no **prazo de até 30 (trinta) dias corridos**, a contar da certificação de que os bens foram aceitos, mediante a apresentação e empenho de Nota Fiscal/Fatura contendo a descrição dos materiais, quantidades, preços unitários e o valor total, nota de entrega atestada, e dos encargos sociais, correspondente a cada entrega do objeto solicitado.

02 – A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada na forma eletrônica (NF-e), consoante protocolo de ICMS n.º 85, de 9 de julho de 2010.

03 – A nota fiscal/fatura eletrônica deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto, constando em seu corpo os dizeres: PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) n.º 24/2022– Ata de Contrato nº xx/2022.

04 – As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

05 – O pagamento será feito mediante depósito bancário em conta fornecida pela **CONTRATADA**.

06 – Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos, bem como juros moratórios, à razão de 0,5 % (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado.

07 – No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Considera-se adimplemento da obrigação o efetivo fornecimento do(s) produto(s) e apresentação da Nota Fiscal.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DO PREÇO**

**01 – Não há reajuste de preços.**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO:**

01 – A vigência do presente contrato será de **06 (seis) meses corridos, iniciando da assinatura até xxx.**

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS SANCÕES, PENALIDADES E RESCISÕES DA ATA:**

01. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

02. A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência.

03. As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas e aplicadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento, com envio do pedido de empenho.

04. A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 05 a 08, nas hipóteses de mora ou inexecução do contrato.

05. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

06. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor inadimplido da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

07. A multa por atraso prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado inadimplido, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

08. A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

08.1. Situações de atrasos de fornecedores fabricantes da CONTRATADA por motivo inerente ao campo da álea ordinária, serão considerados riscos do empreendimento não englobados pelas excludentes de caso fortuito ou força maior.

09. O valor da multa serão pagos aos cofres do CIOP.

10. O prazo para pagamento de multa será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

10.1 O não pagamento da multa poderá implicar a cobrança judicial aos cofres do CIOP.

11. Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa e interposição de eventual recurso, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

12. As decisões e intimações serão publicadas no Diário Oficial do Estado no caso de empresa apurada não seja localizada por carta com aviso de recebimento ou e-mail, considerando-se a contagem de prazo para todos os efeitos no primeiro dia útil a partir da publicação.

13. As decisões sobre sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

14. Será considerado com endereço físico vigente da empresa CONTRATADA aquele cadastrado no sítio eletrônico da Receita Federal.

15. A aplicação de eventual sanção será realizada pela Diretoria Executiva do CIOP, após relatório opinativo fundamentado da Chefia de Compras, Licitações e Contratos, responsável pela apuração.

16. Será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de eventual recurso em face da decisão proferida, que deverá ser endereçado ao Presidente do CIOP, que proferirá sua decisão após parecer jurídico opinativo da Diretoria Jurídica do órgão.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

01. Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2022 com seus Anexos e a proposta da Contratada.

02. Fica eleito o Foro de Presidente Prudente/SP, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

03. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02.

04. Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Presidente Prudente, XXXXXXXX

**Maria Heloisa da Silva Cuvolo**  
Diretor Executivo Substituto do CIOP

XXXXXXX  
Representante

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXX  
RG XXXXXXXXXXX SSP/SP

XXXXXXXXXXXX  
RG XXXXXXXXXXX SSP/SP